

**A DIVERSIDADE CUSTODIAL DAS CARTAS DO VICE-REI 2º MARQUÊS DO LAVRADIO
E O MANUSCRITO INÉDITO DA BIBLIOTECA BRASILIANA GUITA E JOSÉ MINDLIN**
THE CUSTODIAL DIVERSITY OF THE LETTERS FROM THE VICEROY 2ND MARQUIS OF LAVRADIO
AND THE UNPUBLISHED MANUSCRIPT OF THE BIBLIOTECA BRASILIANA GUITA E JOSÉ MINDLIN

ADRIANA ANGELITA DA CONCEIÇÃO | Graduação e mestrado em História na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutorado em História Social na Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorado em História na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

RESUMO

Em 1768 o 2º marquês do Lavradio chegou à Bahia para governá-la e logo foi transferido para o Rio de Janeiro, nomeado vice-rei, permanecendo no Brasil até 1779. Durante sua administração escreveu centenas de cartas, públicas e particulares. Assim, o objetivo deste texto é analisar a diversidade custodial desta correspondência, em diálogo com a história social da cultura escrita.

Palavras-chave: cultura escrita; correspondência; marquês do Lavradio (2º); Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

ABSTRACT

In 1768 the 2nd Marquis of Lavradio arrived in Bahia to govern it and soon was transferred to Rio de Janeiro, as viceroy, remaining in Brazil until 1779. During his administration he wrote hundreds of public and private letters. This paper aims to analyze the custodial diversity of this correspondence, in light of the social history of written culture.

Keywords: written culture; correspondence; marquis of Lavradio (2nd); Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

RESUMEN

En 1768 el segundo marqués del Lavradio llegó a Bahía para gobernarla y pronto se trasladó a Río de Janeiro, virrey designado, permaneciendo en Brasil hasta 1779. Durante su administración, escribió cientos de cartas, públicas y privadas. Así, el objetivo de este trabajo es analizar la diversidad custodial de esta correspondencia, en diálogo con la historia social de la cultura escrita.

Palabras clave: cultura escrita; correspondencia; marqués de Lavradio (2º); Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

Há mais de 250 anos, em fevereiro de 1768, o 2º marquês do Lavradio cruzou o oceano Atlântico debaixo de fortes relâmpagos, trovoadas estrondosas e momentos de calmaria, conforme os relatos que detalham os 56 dias passados entre céu e mar. Embora os riscos e receios da viagem fossem uma ameaça constante, o objetivo da travessia era nobre: obedecer à carta régia de d. José I, de 26 de agosto de 1767, que nomeava governador e capitão-general de mar e terra da capitania da Bahia de Todos os Santos o 2º marquês do Lavradio.¹ O novo governador ainda não estava no seu destino quando iniciou uma prática que o acompanharia durante sua permanência na América – a prática de escrita de cartas públicas e particulares. Assim, são estas cartas e sua posterior conservação a principal problematização deste texto.

O inaugural registro escrito de Lavradio, que temos conservado, foi a carta destinada ao tio, Tomás de Almeida. Na longa missiva, começada em Pernambuco, onde a embarcação que o transportava fez uma paragem, e concluída na Bahia, Lavradio compartilhou os sofrimentos da viagem:

Fiquei de | tal forma injoado,² que nem hum Só dia tenho deixado de ter | a cabeça tonta, os paseyos que dou Sam trocando Sempre as | pernas como bebado, nada do que como me Sobe bem, final | mente Eu julgo que tenho vindo Sempre injoado, ainda que | estes S.rs chamaõ a isto ter paçado bem, e Se este hé o bem destas | jornadas, julgue V. Ex.a o que Será o mal (Brasil, Arquivo Nacional, códice 1.095, f. 1).

Entre as notícias dos desgastes físicos, Lavradio descreveu a recepção das autoridades da Bahia que foram saudá-lo a bordo, o bispo, os ministros da Relação e outros oficiais. Lavradio pediu para permanecer aquela noite a bordo, compartilhando com o tio o quanto governar o aborrecia. As primeiras impressões não foram as melhores:

a Terra hé m.to grande, o Lugar hé m.to autorizado porê m | o trabalho hé immenço, o deste p.ro tempo parece imsuporta | vel, acho tudo em bastante desordem, a tropa sem dicipli | na, nem ordem, os ministros desunidos, os homenz de ne | goçio desconçolados, e quazi que todo este povo estava descon | tente; [...] (Brasil, Arquivo Nacional, códice 1.095, f. 2v).

Nas primeiras palavras escritas no espaço colonial, Lavradio marcou o descontentamento do novo cargo, mesmo que estivesse a obedecer ao rei.

1 A partir daqui, a referência ao 2º marquês do Lavradio será feita apenas como marquês do Lavradio, pois, basicamente, não se citará o marquês que o antecedeu ou os que dele descenderam.

2 As citações das cartas de Lavradio compreendem edição conservadora da gramática e ortografia, sendo as quebras de linha indicadas com a barra vertical [|]. Assim, embora a leitura necessite maior atenção, trata-se de uma oportunidade de maior aproximação ao século XVIII.

D. Luís de Almeida Portugal,³ 4º conde de Avintes e 2º marquês do Lavradio, nasceu em 1729, filho de d. Antônio de Almeida e de d. Francisca das Chagas Mascarenhas. Como primogênito, foi inserido desde muito jovem na vida militar, seguindo os passos do pai e do avô. Fez parte do regimento de infantaria de Elvas, onde o pai era coronel, depois foi para outro regimento e com apenas 17 anos recebeu a primeira patente, tornando-se capitão em novembro de 1746, no mesmo ano que recebeu o título de 4º conde de Avintes. Em 1752, casou-se com d. Mariana Teresa Rita de Távora. Estudou a arte militar em outras partes da Europa, assim possuía uma formação que o destinaria ao serviço ultramarino – a honra de servir ao rei em terras além-mar.

Com esses brevíssimos detalhes biográficos de Lavradio, nos concentraremos em sua nomeação para o governo da capitania da Bahia, onde sua vida se imbricou à da América portuguesa. A chegada ao território colonial, diante dos obstáculos da viagem e das más impressões iniciais, não foi agradável, especialmente porque outro motivo fez da chegada um momento de tristeza – as lembranças de d. Luís de Almeida. O 1º marquês do Lavradio, em 1760, meses após chegar à Bahia, morreu como vice-rei do Brasil. Portanto, para o 2º marquês do Lavradio, pisar na Bahia suscitava a memória da perda do pai. Assunto que mereceu destaque na primeira carta escrita em território colonial – “a memoria que esta terra, e todas estas funções | q me fazem, todas Sam p.^a mim tristez, e de huma grande Sau | dade” (Brasil, Arquivo Nacional, códice 1.095, f. 2v).

D. Luís de Almeida participou das formalidades que envolviam a chegada de um novo governador, embora suas sensibilidades estivessem inquietas, diante do que estava por vir – os mistérios do governo ultramarino. Mas, também, porque a memória da perda do pai estava a perturbá-lo. Lavradio compartilhou ao tio que junto de padres foi levado ao carneiro que abrigava a sepultura de d. Antônio de Almeida, junto de uma capela, e “alli lhe fez toda a comonid.^e hum Sofragio a que la | aSesti, o Conde de Valadarez e todos os mais q me acompa | nharaõ, e ali confeço a V. Ex.^a a verd.^e não tive forças, não | poderaõ os meus olhos mais tempo ocultar o que sentia | o meu coração, por natureza, e obrigação” (Brasil, Arquivo Nacional, códice 1.095, f. 2v). Com os sentimentos desassossegados, o marquês do Lavradio deu início ao governo da Bahia, concluindo ao tio: “he Serto q q.^{do} | Este Governo, não tiveçem p.^a mim cousas que morti | ficaõ, bastaria esta rezaõ p.^a nunca aqui viver con | tente” (Brasil, Arquivo Nacional, códice 1.095, f. 2v).

As iniciativas no governo da capitania da Bahia foram muitas, já que Lavradio constatou o quanto estava por ser feito. Segundo o frei Antônio de Santa Úrsula Rodovalho, que escreveu a oração fúnebre em homenagem ao marquês do Lavradio, Deus concedeu à Bahia um grande benefício, quando ofereceu um homem iluminado para governá-la. Para Rodovalho, Lavradio foi “huma nuvem ligeira, porém que em pouco tempo fecundou a terra: hum astro, que logo que apparecêo, derramou luzes por todas as partes” (Rodovalho,

3 D. Luís de Almeida Portugal Soares Alarcão Eça Melo Pereira Aguilar Fiel de Lugo Mascarenhas Silva Mendonça e Lencastre.

1791, p. 16). Ao analisar este discurso, devemos considerar a dimensão retórica e eloquente que dá sentido à escrita das orações fúnebres. Para o frei, d. Luís de Almeida deu à Bahia “nova formosura”, diante de sua feiura, reinando com tranquilidade, abundância, abraçando a justiça e a paz, “taes forão os eeffeitos de hum governo, que estava ainda em seus principios” (Rodvalho, 1791, p. 16). A administração de Lavradio na Bahia foi rápida, de 19 de abril de 1768 a 14 de outubro de 1769; foram aproximados um ano e alguns meses que se conservaram na memória escrita, em torno de d. Luís, como um momento de bom governo, mesmo que tenha sido veloz como um raio – sendo as principais ações de Lavradio voltadas à organização do tribunal da Relação.

A brevidade em Salvador, não significou seu retorno a Portugal, mas para outra região da América portuguesa. Para o frei Rodvalho, escrevendo do Rio de Janeiro, “chegava o tempo em fim de se abrirem sobre esta capital do Brazil os thesouros da vossa bondade” (Rodvalho, 1791, p. 16), pois a ordem real conduziu d. Luís ao maior cargo do governo ultramarino no Brasil: “O marquez de Lavradio he o vice-rei do Rio de Janeiro: he o vosso vice-rei, o vice-rei dos Estados do Brazil” (Rodvalho, 1791, p. 17). Assim, d. Luís de Almeida deixou o governo da Bahia para assumir o vice-reinado no Rio de Janeiro, considerando todas as particularidades que o cargo de vice-rei implicava naquele momento. Quando a ordem real, escrita em abril de 1769, chegou à Bahia meses depois, a disposição não deixava dúvida: “Honrado marquês do Lavradio, [...]; amigo. Eu El-Rei vos envio muito saudar, [...]. Fui servido nomear-vos vice-rei, e capitão-general de mar, e terra do Estado do Brasil [...] vade exercitar o sobredito emprego de vice-rei” (Marquês do Lavradio, 1978, p. 3).

O cargo de vice-rei apresentava mais responsabilidades e indicava que passaria mais tempo no Brasil. As cartas de amizade escritas logo após a notícia de que seria vice-rei foram cheias de considerações que apontam o que preocupava Lavradio. Em missiva ao irmão, Martinho Lourenço de Almeida, manifestou o descontentamento de deixar a Bahia: “Lá vão 15 mezes, ó 16 perdidoz que não hé | tão pouco p.^a quem na Merica não dezejar estar nem 15 mi | nutoz”, expondo que as ações iniciadas seriam abandonadas, sem que pudesse “tirar fruto | de nenhum dos meus projetos por estarem tanto no principio | da sua execuçaõ” (Brasil, Arquivo Nacional, códice 1.095, f. 113). Em carta ao tio, Tomás de Almeida, o posicionamento de Lavradio foi semelhante. Escreveu que, para quem não estava no Brasil, assumir o cargo de vice-rei pareceria algo enaltecedor, entretanto, “a quem es | tava neste lugar em q eu me achava não pode deixar de | lhe fazer bastante violença, e desconmodo”. Para Lavradio, o cargo de vice-rei era arriscado e envolvido por perigos, que podiam expor sua honra e reputação, concluindo ao tio que “finalmente neste emprego irei ver a m.^a re | putaçaõ a m.^a Caza o meu sucego, e a m.^a vida naquela | mais prigoza situaçaõ a q ele poderia nunca chegar” (Brasil, Arquivo Nacional, códice 1.095, f. 123). Independente da aflição que seguiu à nomeação, d. Luís de Almeida assumiu o vice-reinado em novembro de 1769 e permaneceu até 1779.

4 A abreviação m.a = minha.

Entre os governadores ultramarinos que ocuparam o cargo de vice-rei, o marquês do Lavradio é considerado um dos mais importantes do século XVIII, em função de suas iniciativas em delicado momento do império português. Dentre os quais podemos indicar: a constante queda da produção aurífera; a recente transferência da capital vice-reinal (1763); as ainda latentes consequências da expulsão dos jesuítas; os intensos conflitos de fronteira; a perda da ilha de Santa Catarina para os espanhóis (1777); a morte do rei d. José I (1777); a mudança política com a saída do ministro marquês de Pombal; os investimentos na infra-estrutura do Rio de Janeiro e em culturas agrícolas como novas formas de captação de recursos; a fundação da Academia de Ciências, dentre outros. Neste texto, não discutiremos a administração de Lavradio, mas os objetos que nos permitem estudá-la: as cartas ativas do marquês do Lavradio durante sua permanência na América portuguesa.

Os recentes estudos da história social da cultura escrita permitem um diálogo com fontes, neste caso, com a correspondência, de modo a compreender questões que estão fora do conteúdo escrito, estabelecendo um diálogo entre o relato do documento e sua materialidade. Nas palavras do historiador espanhol Antonio Castillo Gómez, em diálogo com outros pesquisadores da escrita, como o italiano Armando Petrucci, a história social da cultura escrita situa as *fontes escritas* em um maior repertório de análise, considerando os domínios do discurso, da prática e da representação (Gómez, 2003, p. 114). Este repertório de domínios envolve a divisão das fontes escritas em, segundo Gómez, a) fontes discursivas (textos que definem um conceito de escrita e leitura, provenientes das forças de poder que produzem os discursos, por exemplo: igreja, política, direito, literatos, profissionais da escrita e do livro), b) fontes testemunhos das práticas (*corpus* mais extenso e impreciso, envolve todos os objetos escritos – oficiais e privados – manuscritos, impressos, eletrônicos, por exemplo: a escrita cotidiana de cartas, diários, cadernos de memória), c) fontes de representação – são as imagens produzidas por cada sociedade sobre temas e objetos da cultura escrita (Gómez, 2003, p. 114-115) –, exemplo: manifestações de escritores e leitores na arte, como na pintura *Lady writing a letter with her maid*, do século XVII, do holandês Jan Vermeer.⁵

A escrita, através do estudo da história social da cultura escrita, é analisada no seu processo de relação social, compreendendo suas diferentes etapas, que ao serem estudadas em paralelo ou de modo imbricado ao seu conteúdo revelam importantes informações e ampliam a compreensão do universo de sua cultura material, considerando as particularidades dos distintos grupos sociais e os usos desta aptidão gráfica. Por conseguinte, a escrita está envolvida por temporalidades, que compreendem o tempo de aquisição da competência de escrever, o tempo da produção, o tempo de recepção e o tempo de conservação (Gómez, 2003, p. 116-122). Portanto, o estudo da cultura escrita pretende ir além da concretude da produção e consumo da escrita, incluindo o que Gómez (p. 122) chama de *tiempo de la*

5 VERMEER, Jan. *Lady writing a letter with her maid* (Schrijvendevrouw met dienstbode). c. 1670-1671. Oil on canvas. 28 x 23 in. (71.1 x 58.4 cm). National Gallery of Ireland, Dublin. Catálogo eletrônico das obras disponível em: <<http://www.essentialvermeer.com/>>.

conservación. Assim, o estudo desta fase temporal da escrita envolve a complexidade das políticas de memória, entre o que guardar, o que descartar, o que lembrar e o que esquecer – ações, muitas vezes, acompanhadas de intencionalidades variadas. Neste texto nos interessa a trajetória custodial, o que podemos incluir no tempo de conservação, da correspondência do 2º marquês do Lavradio.

Em estudo anterior, proposto a dialogar com a história social da cultura escrita, no processo de seleção da principal fonte de análise, o *corpus* epistolar de d. Luís de Almeida, verificou-se a expressiva quantidade de cartas ativas, acompanhada da dispersão do acervo.⁶ Nos dois lados do oceano Atlântico, em instituições de custódia documental, brasileiras e portuguesas, encontram-se diversas cartas de Lavradio, particulares e públicas, em distinta materialidade – avulsas e códices: cópias, originais, minutas e rascunhos.⁷ O estudo do tempo de conservação da correspondência deste vice-rei é complexo e com algumas etapas ainda em suspenso, quando se pretende elaborar uma *cartografia* da escrita de Lavradio. Com os apontamentos alcançados na pesquisa anterior, sabe-se que o principal responsável pela primeira etapa da temporalidade de conservação da documentação foi o próprio Lavradio, que teve a intenção de guardar os papéis que produziu durante sua passagem pelo Brasil, organizando as cartas ativas em livros de copiador, além dos papéis avulsos, levando-os quando retornou a Lisboa – uma prática realizada também por outros governadores ultramarinos.⁸ Entretanto, é necessário diferenciar estas cartas das que estão presentes no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) – instituição do governo luso criada na década de 30 do século XX, reunindo documentos do império ultramarino português –, pois as cartas de Lavradio presentes neste Arquivo são as originais enviadas à monarquia portuguesa e que por ela foram preservadas, assim as diferenciamos porque o processo de conservação foi independente às iniciativas de d. Luís de Almeida.

Entre 1875 e 1932 foram publicados catálogos e relações que descreveram documentos relacionados ao marquês do Lavradio. Em 1875, anunciou-se o leilão de uma vasta quantidade de documentos e livros, impressos e manuscritos, registrados no *Catalogue des livres manuscrits et estampes composant la bibliotheque de feu Monsieur le comte de Lavradio*. Na sessão dos manuscritos se identifica a seguinte descrição: “CORRESPONDENCIA diplomatica do Marquez de Lavradio, vice-rei no Brazil (1768-1778). (Copies) Mss. en 9 vol. In-fol. Rel. en v” (Catalogue..., 1875, p. 146). O conde do Lavradio, d. Francisco de Almeida Portugal, foi um dos netos do 2º marquês do Lavradio, o que nos indica que a correspondência de d. Luís

6 Trata-se de pesquisa doutoral defendida em 2011 na Universidade de São Paulo e publicada em Conceição (2013).

7 No Brasil: Arquivo Nacional, Arquivo Público do Rio de Janeiro, Arquivo Público de São Paulo, Biblioteca Nacional, Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, Instituto de Estudos Brasileiros. Em Portugal: Biblioteca Nacional, Arquivo Histórico Ultramarino, Academia de Ciências de Lisboa, Torre do Tombo, Arquivo Histórico Militar, Arquivo Distrital de Braga.

8 Os livros de copiador – códices –, nos quais as cartas de Lavradio foram copiadas, são, segundo a arquivologia, *códices registro*, isto é, livros originariamente em branco que foram preenchidos pelos secretários de d. Luís de Almeida à medida que as cartas foram escritas.

de Almeida até 1875, no mínimo, manteve-se sob a guarda da casa Lavradio. Ainda que os dados disponibilizados pelo catálogo não sejam específicos, supõe-se que se trata de nove códices. Após pesquisa em instituições de guarda documental em Portugal e no Brasil, identificou-se cinco códices exclusivamente de correspondência ativa do marquês – mas, não se pode afirmar que são os códices oferecidos à venda pelo conde.

Quando se pesquisa, nos documentos oficiais das instituições de guarda, a inserção desses códices ao acervo, as informações são raras ou inexistentes. Por exemplo, em relação aos dois códices com cartas particulares de Lavradio – enviadas a amigos e familiares, nas quais d. Luís, muitas vezes, deixa de ser o vice-rei para ser o pai, o sobrinho, o sogro, indicando a raridade desta correspondência, o círculo particular registrado em copiador – presentes no Arquivo Nacional do Brasil, verifica-se que foram comprados, mas sem informação do vendedor. Esses códices compreendem o período de 1768 a 1776, sendo que Lavradio permaneceu no Brasil até 1779. Será que as cartas particulares de 1776 a 1779 pertencem a outro códice, não preservado? Ou ainda misteriosamente guardado em algum arquivo sem ter sido catalogado? Seria um dos nove códices oferecidos no leilão? Ou seja, a busca pelo mapeamento da trajetória da correspondência de Lavradio é marcada por mais perguntas do que respostas.

Os códices das cartas particulares presentes no Arquivo Nacional no Brasil ainda merecem mais questionamentos, pois não registram as cartas enviadas àqueles que estariam no círculo mais *íntimo* das sociabilidades de Lavradio: a esposa, os filhos e as filhas. Será que essas cartas fizeram parte de outro códice? Ou Lavradio não as preservou, inibindo a temporalidade de conservação, através dos copiadores? Ou a não preservação teria sido uma ação de seus descendentes? Com essas questões, lançadas em diálogo com a história social da cultura escrita, percebe-se as lacunas no que diz respeito à história custodial da correspondência de Lavradio. Restam ainda outras especulações: estaria Lavradio apurando o que preservar de sua memória, envolvendo sua passagem no cargo público do governo ultramarino? Ou a seleção foi posterior, de seus descendentes? Problematizações de grande relevância quando se estuda a trajetória de um homem público e se considera os arquivos como espaços de presença e ausência, onde os historiadores devem adentrar pensando a *arqueologia* de sua constituição.

Na busca pelas cartas de Lavradio, recentemente se localizou mais uma peça do incompleto *rompecabezas* que forma a *cartografia* de suas cartas ativas. A Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM) foi instituída em 2004 com o objetivo de abrigar e integrar a biblioteca reunida num período de mais de oitenta anos pelos bibliófilos José Mindlin e Guita Mindlin – a importante coleção reúne aproximadamente 17 mil títulos ou 40 mil volumes, além de manuscritos, e foi doada generosamente à Universidade de São Paulo, sendo considerada uma das mais importantes coleções do gênero reunida por um particular. Nos últimos anos, a BBM destaca-se pela disponibilização digital de diversos impressos, proporcionando acessibilidade gratuita de uma coleção original. A BBM custodia muitos manuscritos ainda pouco estudados, sendo um deles, um códice inédito com dezenas de cartas do marquês do Lavradio. O códice da BBM é considerado inédito por não ter sido citado na bibliografia que aborda o tema e pelos principais estudiosos do período e da correspondência

de d. Luís de Almeida, como os pesquisadores Dauril Alden e Marcos Carneiro de Mendonça, este um dos compradores de vasta quantidade de cartas e documentos referentes ao 2º marquês do Lavradio, atualmente custodiados pelo Arquivo Nacional do Brasil, formando o Fundo Marquês do Lavradio.

O códice presente na BBM é formado por aproximadamente duzentas cartas ativas dispostas em ordem cronológica, de setembro de 1774 a outubro de 1776. A sequência das missivas presentes neste códice, considerando a *cartografia* das cartas do marquês do Lavradio, forma o códice 10.631, custodiado na Biblioteca Nacional de Portugal, com datação de outubro de 1776 a fevereiro de 1779. O motivo da separação dos códices é desconhecido, embora supomos ser decorrente dos diferentes compradores que custodiaram essa correspondência. A primeira carta copiada no códice da BBM foi destinada ao governador de São Paulo, Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, e a última a João Henrique Böhm, chefe do exército do sul. Os principais destinatários foram os governadores e militares da América portuguesa, especialmente os que governavam e cuidavam das forças militares das capitanias subalternas ao Rio de Janeiro (Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro) – característica que se repete no códice guardado pela Biblioteca Nacional de Portugal. Ainda é preciso realizar um estudo qualitativo entre esses códices para se conhecer mais detalhadamente a relação de Lavradio, como vice-rei, com os outros governadores coloniais, buscando a compreensão das relações entre os poderes locais – relações que podem ser analisadas através do intenso fluxo epistolar mantido por Lavradio, como uma maneira de estabelecer maior mobilidade administrativa, em função das distâncias e, também, para se garantir diante das indefinições do poder vice-reinal.

O conteúdo de algumas cartas não é inédito em razão de ter versão original no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, entretanto o códice e sua materialidade reunindo a cópia de dezenas de missivas para governadores e comandantes que atuaram no Brasil são totalmente inéditos. Com isso, outra análise comparativa e qualitativa que se pode estabelecer compreende o estudo deste códice com os documentos agrupados na divisão sistemática da capitania do Rio de Janeiro no AHU, identificando-se as cartas que chegaram a Portugal e se os originais seguiram como consta no copiadador, possibilitando estudos que vão além da crítica textual. Além disso, pequenos fragmentos materiais presentes no copiadador da BBM nos levam a outro códice.

Quando o marquês do Lavradio se deslocou da Bahia para o Rio de Janeiro, em muitas de suas cartas aos parentes e amigos que residiam em Portugal, ficou marcado os receios que sentia ao assumir o novo cargo, pois havia o medo que o nome ficasse marcado por algum infortúnio. Durante o governo de Lavradio, a América meridional foi palco de constante disputas entre Portugal e Espanha, culminando, por exemplo, na invasão da ilha de Santa Catarina, em 1777, pelos espanhóis. A perda do território era uma terrível marca na vida de um militar e governador, com isso Lavradio procurou encontrar os culpados pelo acontecido e se livrar de tal mácula. Esse acontecimento teve inúmeros desdobramentos que não iremos discutir neste espaço, nos interessando a defesa elaborada pelo vice-rei. A devassa empreendida por d. Luís de Almeida deu origem ao códice “Colecção das Ordens, e Instruções dadas

a Roberto Mak Donall, encarregado da defeza do Porto de Santa Catharina que à R. Presença da Raynha fes subir o Marquez de Lavradio Vice-Rey no Rio de Janeiro...”, formado pela compilação de documentos, posteriormente encadernados. Para estruturar a devassa, Lavradio nomeou Nicolau Joaquim de Miranda e Silva, desembargador da Relação do Rio de Janeiro, como o responsável pelo processo.

A “Colecção das Ordens, e Instruçoens...” está custodiada na Academia de Ciências de Lisboa (ACL), apresentando uma longa carta de abertura, escrita por Lavradio, indicando as missivas que enviou aos responsáveis pela ilha, mostrando ter feito o possível para que o território fosse defendido. Um fator de destacada relevância na organização da devassa derivou do cuidado sistemático do marquês do Lavradio com sua correspondência, já que dezenas de cartas e trechos foram detalhadamente copiados. Para exemplificar, cita-se o trecho de um dos parágrafos da longa missiva de abertura: “O Documento n. 28 hé huá Carta minha ao Chefe da | Esquadra, remetendo-lhe naõ só o officio da nossa Côrte dirigido para | o Chefe em agradecimento pela acção do Rio Grande, mas, em q igual | mente lhe participo os grandes preparos, q ficavaõ fazendo os Castilha | nos para fazerem a Expedição dirigida ao Brazil”. Assim, ao final da carta de abertura, seguem, como anexo, basicamente, todos os documentos e/ou trechos citados, indicando um grande trabalho de organização da secretaria do vice-rei.

É possível localizar a maior parte das cartas citadas na devassa. Desse modo, voltando ao códice inédito da BBM se identifica nos pequenos pedacinhos de papeis que aparecem entre alguns fólhos, através de identificação numérica ou alfabética, a relação entre este códice e o presente na ACL. Por exemplo, ao se procurar a carta citada no parágrafo anterior, identificada como documento número 28 – enviada ao chefe da esquadra – a localizamos no códice da BBM, e no fólho que a carta aparece inscrita, consta um pequeno pedaço de papel avulso com a seguinte inscrição: “Copiada doc. n. 28”. Assim, mesmo que se desconhecesse o códice da ACL, a observação desses pedaços de papeis, com letra e tinta de época, seria um indício de sua relação com outros documentos e que teria sido usado nas proximidades de sua produção. Assim, a observação atenta da materialidade que envolve o códice pode nos indicar inúmeras informações que não constam ali dispostas através da escrita, neste caso indicando a relação do marquês do Lavradio com as diferentes temporalidades da escrita que produziu como vice-rei. Além disso, a carta de abertura do códice da ACL está incompleta, sendo possível localizar o trecho que a complementa no Fundo Marquês do Lavradio, do Arquivo Nacional do Brasil.

O códice está em excelente estado de conservação e a BBM não possui informações de como ou quando o senhor José Mindlin o adquiriu, pois segundo uma das mais experientes curadoras da biblioteca, Mindlin não costumava registrar esse tipo de informação. O códice possui um pequeno fólho avulso com uma descrição datilografada em inglês que destaca sua importância: “A manuscript in which are found true accounts of much interest to those studying Brazilian events”. Ainda sobre Lavradio, a BBM guarda, em versão manuscrita, a fala proferida no tribunal da Relação do Rio de Janeiro, quando Lavradio tomou posse como presidente; e a edição fúnebre editada em Lisboa, escrita por um padre do Rio de Janeiro. Em

2008, foi organizado o livro *Cartas da Biblioteca Guita e José Mindin*, reunindo uma variada seleção de cartas do século XVII ao XX, que vão desde missivas do rei d. João VI, Carlota Joaquina e de José Saramago a José Mindlin. Nesta seleção, as cartas de Lavradio não tiveram espaço, pois talvez a materialidade do códice anulasse a *elegância* do fólio avulso assinado, a principal característica comum às cartas da seleção editada.

Neste breve exercício analítico da diversidade custodial das cartas do vice-rei 2º marquês do Lavradio não se discutiu todos os códices e fundos documentais conhecidos referentes a d. Luís, pois se optou por indicar os que de modo direto ou indiretamente se relacionam ao códice manuscrito inédito da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.⁹ Além disso, a perspectiva de análise, em diálogo com a história social da cultura escrita, destacou o debate voltado à materialidade do documento e sua temporalidade, no momento em que a escrita se destina aos espaços de preservação. Assim, constata-se que a *cartografia* da correspondência de d. Luís de Almeida, ao tempo de sua conservação, apresenta uma imbricada e complexa trajetória custodial. Contudo, ainda será necessário percorrer outros caminhos para que se possa, cada vez mais, se aproximar dos processos começados pelo vice-rei e estendidos aos seus descendentes, no que se refere à preservação da memória da casa Lavradio, permeada por ambíguas intencionalidades de lembrança e esquecimento.

Fontes

BRASIL. Arquivo Nacional. Códice 1.095. Registro da correspondência do marquês do Lavradio com diversas pessoas residentes na Bahia, Rio de Janeiro, Angola etc. 1768-1772.

_____. Arquivo Nacional. Códice 1.096. Registro da correspondência do marquês do Lavradio com diversas pessoas residentes em Portugal, Brasil etc. 1772-1776.

CARTAS da Biblioteca Guita e José Mindin. São Paulo: Terceiro Nome, 2008.

CATALOGUE des livres manuscrits et estampes composant la bibliotheque de feu Monsieur le comte de Lavradio. Lisboa: Imp. J. G. de Sousa Neves, 1875.

PORTUGAL. Academia de Ciências de Lisboa. Códice 630. Coleção das ordens e instruções dadas a Roberto MacDonall, encarregado da defesa do porto de Santa Catarina (...) [por] Roberto MacDonall. Rio de Janeiro, 1775-1777.

_____. Biblioteca Nacional de Portugal. Códice 10.631. Cartas do marquês de Lavradio, 11º vice-rei do Brasil dirigidas aos governadores de várias capitanias do Brasil sobre assuntos respeitantes ao governo e defesa das mesmas [manuscrito]. Publicação: 1776-1778.

RODOVALHO, Fr. Antônio de Santa Úrsula. *Oração funebre à memória do ilustríssimo, e excelentíssimo marquês de Lavradio, recitada na Catedral do Rio de Janeiro, nas exéquias, que lhe consagração os cidadãos da mesma cidade*. Lisboa: Oficina Nunesiana, 1791.

9 Com a finalidade de atender necessidades de minha pesquisa de pós-doutorado, solicitou-se à BBM a digitalização do códice objeto de análise deste texto. Felizmente, a solicitação foi atendida e o códice está disponível em: <<http://bbm.usp.br/~jony/files/lavradio.pdf>>.

Referências bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *Estética da criação verbal*. Trad. (versão francesa) Maria Erman-tina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Nem o tempo, nem a distância: correspondência entre o Margado de Mateus e sua mulher, d. Leonor de Portugal (1757-98)*. Lisboa: Aletheia, 2007.
- BOSCHI, Caio. *O Brasil-Colônia nos arquivos históricos de Portugal*. São Paulo: Alameda, 2011.
- BOUZA, Fernando. *Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la alta edad Moderna (siglos XV-XVII)*. Madrid: Editorial Síntesis, [1992?].
- _____. *Corre manuscrito: una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons, 2001.
- CHARTIER, Roger. *La correspondance: les usages de la lettre au XIXe siècle*. Paris: Arthème Fayard, 1991.
- CONCEIÇÃO, Adriana Angelita. *A prática epistolar moderna e as cartas do vice-rei d. Luís de Almeida, o marquês do Lavradio: sentir, escrever e governar, 1768-1779*. São Paulo: Alameda, 2013.
- EGIDO, Aurora. *La voz de las letras en el "Siglo de Oro"*. Madrid: Abada Editores, 2003.
- FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. Trad. Fátima Murad. São Paulo: Edusp, 2009.
- GOMÉZ, Antonio Castillo. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 5, jan./jun. 2003.
- GRASSI, Marie-Claire. *Lire l'épistolaire*. Paris: Armand Colin, 1998.
- GUSDORF, Georges. *A palavra: função, comunicação e expressão*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- HAVELOCK, A. Eric. *A revolução da escrita na Grécia e suas consequências culturais*. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- MARQUÊS DO LAVRADIO. *Cartas do Rio de Janeiro (1769-1776)*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Rio de Janeiro; Instituto Estadual do Livro, 1978. (Edição 79 de Publicações Históricas).
- ROCHA, Andréa Crabbé. *A epistolografia em Portugal*. Coimbra: Livraria Almedina, 1965.
- SALOMON, Marlon. *Arquivologia das correspondências*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- _____. (org.) *Saber dos arquivos*. Goiânia: Edições Ricochete, 2011.
- SÁNCHEZ, Carlos A. González. *Homo viator, homo scriberis: cultura gráfica, información y gobierno en la expansión atlántica (siglos XV-XVII)*. Madrid: Marcial Pons, 2007.
- ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz: a leitura medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Recebido em 2/4/2014

Aprovado em 22/7/2014